

ANEXO I

PROGRAMA DAS PROVAS ESCRITAS DAS FASES PRELIMINAR, INTERMEDIÁRIA E FINAL DO CONCURSO PARA DELEGADO DE POLÍCIA.

LÍNGUA PORTUGUESA

Programa:

Leitura e interpretação de texto; Significação das palavras: sinônimo, antônimo, conotação, denotação, homônimos, parônimos, polissemia, figuras de linguagem, vícios de linguagem; Fonologia; Fonemas e letras; Encontros vocálicos e consonantais; Separação silábica, classificação quanto ao número de sílabas e tonicidade; Ortografia; Emprego de H, X, CH, C, Ç, SS, Z, J, G, E, I, O, U; Hífen; Acentuação gráfica; Aplicação das regras de acentuação gráfica; Acento diferencial; Morfologia; Estrutura e processos de formação das palavras; Classe gramatical: invariáveis, variáveis com suas flexões de gênero, número, grau, tempos verbais e vozes verbais; Sintaxe; Frase, oração e período; Sintaxe interna: termos principais (essenciais e integrantes) e acessórios da oração; Sintaxe externa: coordenação e subordinação; Regência verbal; Regência nominal; Concordância verbal; Concordância nominal; Crase; Colocação pronominal; Pontuação.

DIREITO PENAL

Programa:

Princípios constitucionais do Direito Penal. A lei penal no tempo e no espaço. Interpretação da lei penal. Elementos da infração penal: sujeito ativo, passivo e bem jurídico penal. Tipicidade, elementos e causas de exclusão. Ilicitude, elemento e suas causas de exclusão. Culpabilidade, elementos e suas causas de exclusão. Concurso de pessoas. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra os costumes. Crimes contra a Administração Pública. Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65). Crimes contra criança e adolescente e prática de atos infracionais (Lei nº 8.069/90). Crimes contra Relações de Consumo (Título II - Lei nº 8.078/90). Crimes contra a propriedade intelectual (Lei nº 9.279/1996). Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997, Cap. XIX, e Lei nº 11.705/2008). Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990 e alterações feitas pela Lei nº 11.464/2007). Lei nº 7.716/89. Lei nº 7.853/89. Lei nº 8.666/1993. Lei dos transplantes de órgãos (Lei nº 9.434/97). Lei dos Crimes Ambientais Lei nº 9.605/98. Lei do software (Lei nº 9.609/1998). Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95 e Lei nº 10.259/01). Lei nº 10.409/2002. Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/2003). Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03, alterado pelas Leis nº 10.867/04 e nº 10.884/04 e Dec. nº 5.123/04). Crimes contra a Ordem Tributária (Lei nº 8.137/90). Crimes de Tortura (Lei nº 9.455/97). Lei nº 9.459/1997. Crime Organizado (Lei nº 9.034/97). Lei nº 10.826/2003. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005). Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006). Lei “Maria da Penha” (Lei nº 11.340/2006). Lei nº 11.596/2007. Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Programa:

Princípios fundamentais do Direito Processual Penal. Aplicação do Direito Processual Penal no tempo e no espaço. Inquérito Policial. Ação penal: espécies. Jurisdição. Da competência. Da Prova Penal. Da Prisão: Flagrante, Preventiva, Temporária (Lei nº 7.960/89). Liberdade provisória com ou sem fiança. Medidas cautelares pessoais e patrimoniais. Lei nº 8.429/1992. Processo e julgamento dos crimes de falência (Lei nº 11.101/05). Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Processo e julgamento dos crimes de calúnia, difamação e injúria. Processo e julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial. Processo sumário. Processo e julgamento dos crimes de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65). Processo e julgamento dos crimes de imprensa (Lei nº 5.250/65). Processo e julgamento dos crimes contra a violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340/06). Processo e julgamento dos crimes relacionados com entorpecentes (Lei nº 11.343/06). Habeas Corpus. Lei nº 9.099/95 e Lei nº 10.259/2001. Lei nº 9.296/1996. Lei nº 10.054/00. Lei nº 10.259/01. Lei nº 11.435/2006. Lei nº 11.449/2007.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Programa:

Constituição: conceito e classificação; Poder Constituinte; supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade. Regimes políticos e formas de governo. A repartição de competência na Federação. O Governo da União. Poder e divisão de Poderes: Poder Legislativo (estrutura e organização, funcionamento e atribuições, processo legislativo); Poder Executivo (a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República); Poder Judiciário (organização, órgãos da Justiça Federal e da Justiça Estadual, garantias constitucionais). Organização do Governo Estadual: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário Estadual. Nacionalidade: modos de aquisição; condição jurídica do brasileiro nato; condição jurídica do brasileiro naturalizado; perda da

nacionalidade; condição jurídica do estrangeiro no Brasil; direitos políticos. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa. Estado de sítio. Segurança pública.

Organização da segurança pública. Direitos e garantias fundamentais: direitos individuais e coletivos; direitos sociais; garantias constitucionais (princípios da igualdade e da legalidade, direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada, a proteção jurisdicional e as garantias de ordem criminal); os remédios constitucionais (“habeas corpus”, mandado de segurança, ação popular, direito de petição, “habeas data”, mandado de injunção). .

Bases constitucionais da administração pública: princípios constitucionais aplicáveis.

Lei nº 9.868/1999 – processo e julgamento da ADIn e ADC.

Ordem econômica e ordem social. Princípios. A intervenção do Estado: condições e possibilidades. A propriedade na ordem econômica: a propriedade urbana e rural. Sistema financeiro. Segurança. Cultura. Família, criança, adolescente e idoso. Os índios.

Emendas Constitucionais. Conteúdos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Programa:

Administração Pública. Princípios do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Atos administrativos. Serviços Públicos.

Servidores Públicos (Lei Complementar nº 10.098/94 -Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul -Titulo II -do provimento, promoção, vacância, remoção e redistribuição -Titulo III -dos direitos e vantagens.

Lei nº 7.366/80 (Estatuto dos Servidores da Polícia Civil).

Controle da Administração Pública (Controle administrativo; controle legislativo; controle judicial; habeas corpus; mandado de segurança individual; mandado de segurança coletivo; ação popular)

Lei nº 8.666/1993

Lei nº 10.994/97.

Lei nº 8.987/95.

DIREITOS HUMANOS

Programa:

Declaração Universal dos Direitos Humanos, Proclamada pela Resolução nº 217A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.

Constituição da República Federativa do Brasil -1998. Cap. I -dos direitos e deveres individuais e coletivos (Art. 5º)

Direitos humanos e seus tratados internacionais protetivos.

DIREITO CIVIL

Programa:

Lei de Introdução ao Código Civil: vigência, início e cessação de sua obrigatoriedade. A integração da norma jurídica.

Das Pessoas: pessoas naturais; pessoas jurídicas; disposições gerais;

Do domicílio civil;

Dos bens: classes;

Dos fatos jurídicos: disposições preliminares. Dos atos jurídicos, disposições gerais, seus defeitos, modalidades, forma e nulidades;

Dos atos ilícitos

Da prescrição

ANEXO II PROVA DE CAPACITAÇÃO FÍSICA

Composta de 04 (quatro) testes, conforme descritos a seguir:

1. Teste de Corrida (resistência cardiovascular ou cardiorespiratória):

- a) o início e o término do teste serão precedidos por um sinal sonoro emitido pelos examinadores;
- b) o candidato deverá percorrer a maior distância possível no tempo de **12 (doze) minutos**, podendo, durante este tempo, deslocar-se em qualquer ritmo, correndo ou caminhando;
- c) após o final do teste, o candidato deverá permanecer parado ou se deslocando em sentido perpendicular à pista, sem abandoná-la, até ser liberado pelos examinadores;
- d) não será permitido ao candidato, uma vez iniciado o teste, abandonar a pista ou deslocar-se no sentido progressivo ou regressivo da marcação da pista, depois de finalizado os doze (12) minutos, antes de ser liberado pelos examinadores;
- e) não será permitido ao candidato dar ou receber qualquer tipo de ajuda física durante a realização dos testes;
- f) o candidato terá uma única oportunidade de realizar o teste;
- g) a pontuação do teste será atribuída conforme a tabela abaixo:

Distância (em metros)		Pontos
	Feminino	
Menos de 2.100	Menos de 1.700	0.00 (inapto e eliminado)
Entre 2.100 e 2.299	Entre 1.700 e 1.899	2.00
Entre 2.300 e 2.499	Entre 1.900 e 2.099	3.00
Entre 2.500 e 2.699	Entre 2.100 e 2.299	4.00
Mais de 2.700	Mais de 2.300	5.00

2. Teste de Flexibilidade – Teste de Sentar e Alcançar (YMCA)

- a) O teste usa uma régua firmada no chão, colocando uma fita adesiva (30,5 centímetros) em ângulo reto à marca de 38,1cm sobre a régua.
- b) O candidato assume a posição sentada, com as pernas estendidas e afastadas lateralmente 30,5 cm, os calcanhares tocam a fita na marca de 38,1cm.
- c) O candidato flexiona vagarosamente o quadril à frente, com as mãos paralelas (uma sobre a outra) e tentando alcançar a maior distância possível ao longo da régua.
- d) O avaliador segurará os joelhos do candidato para que estes não flexionem. O candidato não pode inclinar-se com apenas uma das mãos.
- e) O escore obtido é o ponto mais distante na régua contatado pelas pontas dos dedos na melhor de três (3) tentativas.

Flexibilidade (em centímetros)		Pontos
Masculino	Feminino	
Menos de 25	Menos de 35	0,00 (Inapto e eliminado)
25 a 30	35 a 40	2,00
31 a 38	41 a 45	3,00
39 a 45	46 a 50	4,00
Mais de 45	Mais de 50	5,00



3. Teste de Abdominal (resistência muscular localizada):

- a) o candidato inicia o teste em decúbito dorsal (deitado de costas), com os joelhos flexionados formando um ângulo de menos de 90 graus, as plantas dos pés devem estar apoiadas no chão e afastadas no máximo 30 centímetros, as mãos devem estar posicionadas atrás da cabeça. O candidato executará a flexão máxima elevando o tronco, sem elevar o quadril, até os cotovelos tocarem os joelhos, retornando à posição inicial, antes de iniciar a próxima flexão;
- b) a contagem de cada execução se dará quando o candidato retornar a posição inicial, ou seja, as costas em contato com o solo;
- c) o candidato realizará o maior número de flexões abdominais corretamente em sessenta (60) segundos; caso o candidato não consiga encostar os cotovelos nos joelhos ou deixe de retornar a posição inicial, a execução será considerada incorreta, não sendo computado no seu desempenho;
- e) os examinadores fixarão as pernas do candidato durante toda a execução do teste; a contagem do número de execuções será realizada pelo examinador, e este avisará quando uma delas não estiver correta; o teste será realizado em uma única oportunidade.
- h) a pontuação do teste será atribuída conforme a tabela abaixo:

Abdominal (em número de execuções)		Pontos
Masculino	Feminino	
Menos de 22	Menos de 16	0.00 (inapto e eliminado)
Entre 22 e 26	Entre 16 e 20	2.00
Entre 27 e 31	Entre 21 e 25	3.00
Entre 32 e 36	Entre 26 e 30	4.00
Mais de 37	Mais de 31	5.00



4- Teste de Preensão Manual com Dinamômetro

- a) Execução: posição inicial ortostática (de pé com os braços ao longo do corpo em extensão).
- b) O dinamômetro manual é ajustado de acordo com o tamanho da mão e testado duas vezes na mão dominante e na mão não-dominante, sendo computado o melhor valor.
- c) O instrumento possui uma escala que vai do 0 aos 100 quilogramas força.

Preensão Manual em Kgf		Pontos
Masculino	Feminino	
Menos que 36	Menos que 21	0,00 (Inapto e eliminado)
36 a 39	21 a 23	2,00
40 a 50	24 a 30	3,00
51 a 59	31 a 39	4,00
Mais que 59	Mais que 39	5,00



ANEXO III

Formulário para interposição de recursos, referentes à fase de prova escrita preambular (objetiva).

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: _____

Nº de inscrição: _____

Cargo: _____

Código do cargo: _____

Objeto do pedido: _____

Exposição dos motivos para provimento: _____
